

Por Sérgio Rodas

Para que sejam reduzidas as fraudes e a insegurança no setor de saúde suplementar, é preciso aumentar o diálogo entre instituições públicas e privadas e melhorar a legislação. Além disso, o Superior Tribunal de Justiça deve estabelecer precedentes sólidos sobre o assunto, que ajudem a diminuir a judicialização.

Foi o que afirmaram os especialistas no tema que participaram, na segunda-feira (29/7), do seminário “Saúde suplementar no Brasil”, promovido pela FGV Justiça no Centro Cultural da Fundação Getulio Vargas, no Rio de Janeiro.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: Consultor Jurídico, em 31.07.2024